

Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social - AEDAS

RELATÓRIO TÉCNICO BIMESTRAL PRODUTO 18: Assistência social e psicológica - Realizar o mapeamento da rede socioassistencial e das formas de Controle Social do município, elaborar sobre os programas da Fundação Renova e acompanhar se necessários os atingidos e atingidas nas demandas especiais.

Barra Longa, MG

2019

Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social - AEDAS

RELATÓRIO TÉCNICO BIMESTRAL PRODUTO 18: Assistência social e psicológica - Realizar o mapeamento da rede socioassistencial e das formas de Controle Social do município, elaborar sobre os programas da Fundação Renova e acompanhar se necessários os atingidos e atingidas nas demandas especiais apresentado à AEDAS como cumprimento da primeira etapa de trabalho prevista no Termo de Referência.

Elaborado por: Juliana Ap. Cobuci Pereira
Assistente Social (CRESSMG-23961)

Barra Longa, MG

2019

SUMÁRIO

Introdução.....	2
1. Segurança Alimentar e Nutricional, do que se trata?.....	3
2. O papel dos quintais produtivos em Barra Longa/MG.....	7
3. O comprometimento dos quintais produtivos pela lama de rejeitos.....	10
Considerações Finais.....	18
Referências.....	21

A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM BARRA LONGA/MG.

Introdução

O presente texto visa dar prosseguimento ao mapeamento socioassistencial do município de Barra Longa/MG com a apresentação do indicador referente à segurança alimentar e nutricional no município. Este tema se mostrou importante pela observação de alterações na alimentação da população do município de Barra Longa/MG em virtude do rompimento da barragem de Fundão, que trouxe grande quantidade de lama de rejeitos para o território de Barra Longa, especialmente aquele disposto as margens dos rios Carmo e Gualaxo.

Barra Longa é um município de pequeno porte com economia de base agrícola com produção concentrada na atividade leiteira. Por esta razão grande parte da população tem um forte vínculo com a terra, desenvolvendo subsidiariamente a produção de leite o cultivo de hortaliças, frutas e vegetais para consumo, troca e comercialização entre os moradores. Uma característica importante é que o plantio de tais gêneros alimentícios se dava principalmente nos quintais das residências sendo compostos por uma grande variedade de culturas.

Mas a prática do plantio nos quintais foi fortemente prejudicada tendo em vista que grande parte destes espaços foi atingida pela lama de rejeitos da barragem de Fundão que tomou a cidade de Barra Longa em novembro de 2015. Neste quadro observa-se profunda alteração na alimentação da população, especialmente a mais pobre. A alteração em questão se relaciona tanto a perda de qualidade da alimentação da população quanto a redução de

acesso a alimentos, considerando que muitos dos quintais se tornaram improdutivos.

A produção nos quintais era responsável por garantir, a grande da população, variedade de alimentos além de contribuir na redução dos gastos das famílias a partir do não dispêndio de recursos financeiros para a compra de parte da alimentação. É importante destacar que era muito comum entre a população a troca dos produtos oriundos dos quintais o que favorecia o acesso a uma alimentação de qualidade e ainda colaborava para o fortalecimento dos vínculos comunitários.

Os processos citados, plantio, troca, comercialização e consumo, entretanto não foram integralmente retomados pela população tendo em vista os efeitos gerados pela lama nos quintais e também o fato de que muitos moradores tiveram que deixar suas casas, também atingidas pela lama. Somada a outros efeitos do desastre/crime, como a redução na renda, a perda de oportunidades de trabalho e emprego e o adoecimento, a perda dos quintais indica que a população de Barra Longa pode estar experimentando um contexto de insegurança alimentar e nutricional.

1. Segurança Alimentar e Nutricional, do que se trata?

O debate sobre segurança alimentar tem uma relação estrita com a dinâmica da realidade social e histórica, isto faz com que o entendimento acerca do tema sofra variações ao longo do tempo, adquirindo maior amplitude e densidade, estabelecendo um processo contínuo de aprimoramento ao buscar acompanhar as diferentes necessidades das pessoas relativas à alimentação em diferentes épocas.

No Brasil a segurança alimentar ganha destaque a partir dos anos de 1980 quando passa debatida em diversos eventos considerando a articulação e luta de diversos grupos e movimentos sociais. Entretanto somente nos anos

2000 que a segurança alimentar será fruto de políticas públicas tendo em vista a aprovação da lei nº 11346/2006 ou Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar (SISVAN) com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), estabelecendo os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

O entendimento sobre segurança alimentar e nutricional adotado no Brasil tem seguido a definição construída na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2004), segundo a qual segurança alimentar diz respeito a realização do direito de todas as pessoas ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem o comprometimento do acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (II Conferência Nacional de SAN, 2004; LOSAN, 2006).

A legislação brasileira acompanha o entendimento descrito considerando que segurança alimentar não se restringe ao acesso aos alimentos, mas envolve outras dimensões como a regularidade de acesso e a cultura alimentar das populações (BRASIL, 2006).

Cabe destacar que o atual debate sobre segurança alimentar compreende que a alimentação deve articular duas dimensões fundamentais, a alimentar e a nutricional, e, neste caminho considera os processos que interferem na disponibilidade dos alimentos como a produção, a comercialização e acesso ao alimento e, também as questões relacionadas à escolha, ao preparo, ao consumo e sua relação com a saúde das pessoas e do ambiente. O conceito de segurança alimentar e nutricional adotado pelo Brasil, portanto comporta a noção mais amplamente construída sobre a discussão em destaque. É este entendimento que orienta a LOSAN 2006 e que considera a promoção e garantia do direito humano alimentação adequada objetivo e meta da Política de Segurança Alimentar e Nutricional.

Percebe-se que o conceito de segurança alimentar busca apresentar a condição alimentar ideal a qual todas as pessoas devem desfrutar uma vez que diz respeito a uma necessidade inerente a todos os seres humanos. Por tal

condição a alimentação é considerada um direito humano (ONU, 1948; BRASIL, 1988). O Brasil ratifica este entendimento e por conta disso, em 2010, o direito à alimentação foi incluído no artigo 6º do texto constitucional figurando entre os direitos sociais. Afinal a segurança alimentar corresponde a um aspecto fundamental à todas as sociedades devendo desta maneira ser garantida a todas as pessoas por meio de políticas capazes de promover o acesso à alimentação de qualidade.

Mais recentemente o conceito passou a ser associado ao termo soberania alimentar, capacidade dos países para garantir a segurança alimentar e nutricional da sua população, respeitando as características culturais que envolvam a alimentação, valorizando-se neste processo práticas sustentáveis. Neste sentido a perda dos quintais em Barra Longa significa a perda da autonomia da população em relação à alimentação pois se torna completamente dependente do mercado para garantir a alimentação. Nesta condição a variedade de alimentos é determinada pela oferta dos supermercados. Além disso tem-se a questão do gasto com esses alimentos, despesa não existente anteriormente no orçamento das famílias. A perda dos quintais, portanto implica na mudança da condição de acesso aos alimentos agora determinada pela relação de mercado.

Em Barra Longa, mesmo após o maior desastre/crime envolvendo barragem de mineração do país, não existem políticas específicas voltadas a garantia de acesso à alimentação. A única medida voltada a alimentação do município é o fornecimento do benefício eventual da cesta básica, pelo departamento municipal de assistência social, benefício previsto pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

Informações fornecidas pela gestora da assistência social do município demonstram que desde 2015 houve aumento na busca pelos serviços assistenciais entre os quais estão a cesta-básica fornecida por aquele órgão. Entretanto devido à escassez de recursos do município o repasse das cestas é realizado, alternando a cada mês, as famílias atendidas.

É importante observar que mesmo diante do aumento da demanda por cesta-básicas não existe nenhuma proposta quanto a alimentação da população no Plano Municipal de Reparação em Proteção Social a ser executado pela Fundação Renova como medida de reparação aos danos causados a população e ao município. Isso indica a dificuldade da gestão municipal em perceber os danos sofridos e as necessidades da população atingida em relação à esfera alimentar e assistencial.

O Estudo Técnico da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), publicado em novembro de 2018 a partir análise do Cadastro Único, do Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) e do Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI) de 2016 e que busca realizar o mapeamento da Insegurança Alimentar e Nutricional com foco na desnutrição indica que Barra Longa se coloca em nível de vulnerabilidade média em relação a desnutrição.

Reproduzimos no quadro abaixo as informações sobre Barra Longa constantes no documento:

Número de pessoas CAD	Número de famílias no Urbano	Número de famílias no Rural	Nível de Vulnerabilidade	Número de crianças < 5 anos PBF acompanhadas	Déficit de altura para idade crianças < 5 anos PBF	Déficit de peso para idade crianças < 5 anos PBF	Sem acesso à água % famílias	Sem esgoto adequado % de famílias	Sem instrução ou fundamental incompleto %RF	Renda até R\$170,00 % fam.
3154	433	635	Média	112	17,0	2,7	0,3	45,4	66,0	68,1

Quadro 1: Barra Longa segundo níveis de vulnerabilidade em desnutrição do cadastro único (2016)

Fonte: Estudo Técnico da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN (2018).

Os dados do quadro mostram ainda que do total de 112 crianças menores de cinco anos de idade acompanhadas pelo programa Bolsa Família (PBF) 17% apresentam déficit de altura e que 2,7% possuíam déficit de peso. Outro dado importante de observar é que 45,45 das famílias (433 no espaço urbano e 635 no espaço rural totalizando 1068 famílias ou 3154 pessoas) não possuíam acesso adequado à esgoto e que 68% das famílias possuem renda de até R\$170,00.

Considerando que não ocorreu em Barra Longa nenhuma obra ou foi adotada medida que alterasse as condições identificadas no estudo técnico acima citado muito provavelmente a situação nutricional das crianças pode não ter sofrido alteração.

Garantir que a situação alimentar e nutricional das famílias atingidas receba a devida atenção exige a articulação de diversas ações como o estudo quanto as possibilidades de recuperação dos quintais e o levantamento de outras formas de compensação e reparação. A participação e o envolvimento da população neste debate é, portanto, fundamental. Afinal muitas das perdas relativas aos quintais só podem ser mensuradas com a reflexão conjunta do principal sujeito deste processo.

2. O papel dos quintais produtivos em Barra Longa/MG)

Segundo Carneiro; Camurça, Et al (2013) os quintais produtivos têm fundamental importância para a agricultura familiar configurando uma importante estratégia para a subsistência humana desde o período neolítico (de 8000 a.C. até 5000 a.C.). Desta forma a prática de cultivos neste tipo de espaço varia ao longo do tempo e local por se relacionar à evolução da sociedade, cultura e à agricultura.

Os mesmos autores esclarecem que a produção em quintais consiste em um sistema que, geralmente, combina o cultivo de variadas espécies de culturas vegetais tais como legumes, frutas e verduras ao redor do espaço adjacente à uma residência. A produção de alimentos nestes espaços costuma fornecer ainda outros produtos, como lenha e plantas medicinais, e combinar-se a presença de árvores, arbustos e com a criação e animais domésticos de pequeno e médio porte como cães, galinhas, patos e porcos. (CARNEIRO; CAMURÇA, ET AL, 2013; BRITO e COELHO, 2000)).

Os alimentos oriundos dos quintais têm o papel de fornecem parte das necessidades alimentares e nutricionais da família que cultiva o local. A variedade de espécies cultivadas nos quintais contribui para a segurança alimentar e nutricional pois fornece a família alimentação rica em variedade e

qualidade sem o dispêndio de recurso financeiro. Neste sentido a perda do quintal pode ser um fator de restrição da dieta impactando mais fortemente as famílias mais pobres que, na maioria dos casos tem os quintais como principal fonte de acesso a frutas e verduras (Guimarães, 1996; Ambrósio et al., 1998; Carneiro et al 2013). Sobre o papel dos alimentos produzidos nos quintais Carneiro, et al (2013) observa:

De acordo com Harwood (1996) dentre as principais funções exercidas pelas plantas existentes nos quintais destacam-se: a existência de uma diversidade de cultivos que rompem a monotonia da dieta da família quando estas são pobres e não possuem recursos para comprar as frutas e hortaliças desejáveis; o fornecimento de sombra, abrigo e proteção contra ventos fortes, quando as árvores são adequadamente selecionadas e espaçadas; o valor estético e recreativo proporcionando o bem-estar geral à família do agricultor; a privacidade que se pode adquirir a partir de arvoredos densos; o complemento da renda com a venda de uma parte da produção do quintal; a existência de produtos que podem ser transformados em materiais de construção e combustíveis para cozinhar; e o aproveitamento de esterco e resíduos utilizados como adubo orgânico (CARNEIRO, ET AL, 2013. P.137-138).

Mas esta não é única potencialidade deste tipo de recurso. A produção de alimentos nos quintais favorece a estabilidade econômica das famílias uma vez que diminui gasto com alimentos no mercado e em alguns casos funciona como complemento à renda quando é possível a comercialização de parte dos itens produzidos. Além disso os quintais favorecem o equilíbrio agroecológico considerando a variedade de itens que compõe a produção nestes espaços (OKLAY, 2004).

Em Barra Longa o acesso à alimentação da população contava com a produção de variados tipos de vegetais e frutas nos quintais das residências da população. O relato dos/das moradores/as aponta que o cultivo nestes espaços servia principalmente para o consumo das famílias, trocas entre vizinhos e familiares e comercialização do excedente.

Os relatos dos atingidos nos grupos de base ilustram bem a situações descritas. Segundo levantamento realizado pela assessoria técnica o senhor A morador do entorno da rodovia, antes da lama trabalhava no seu quintal, que possuía plantações diversas para consumo e também galinhas. As plantações de mandioca e banana eram vendidas contribuindo com a renda da família. Desde o desastre/crime o senhor A passou a comprar diversos insumos para

retomar o plantio, o que não foi possível uma vez que a Fundação Renova informou que ainda vai realizar algumas ações no quintal.

No mesmo sentido A, morador de Gesteira, relata que a perda do pomar e horta agravou o aumento dos gastos com alimentação além da perda proveniente das rendas oriundas das vendas destes produtos. O mesmo ocorreu com senhor M, também morador de Gesteira, que em virtude da perda do quintal teve os gastos triplicados, pois anteriormente ao rompimento, a produção do quintal além de complementar a renda – com a venda da produção de aves, ovos e hortaliças, não dependia de comprar toda a alimentação da família.

A senhora G, moradora de Gesteira, relata que passou a gastar mais com alimentação pois parou de receber as frutas, verduras, peixes, legumes que viam da produção do quintal do seu irmão.

A senhora F, moradora da rua 1º de janeiro, relata que a perda do quintal ocasionou a perda de frutas e verduras que ela consumia e doava para os vizinhos fazendo com que hoje ela precise comprar estes produtos.

Tudo isso demonstra que em Barra Longa os quintais possuíam o importante papel de complementação da dieta dos moradores além de contribuir com a renda das famílias e de reduzir a dependência da população a produtos comercializados.

Outra questão importante em relação aos quintais produtivos em Barra Longa é que estes espaços constituíam um símbolo de identidade cultural dos moradores uma vez que a vivência da população envolvia intensa interação com o espaço dos quintais e com seus frutos, cotidianamente partilhados entre a comunidade. Toda esta relação fortalecia o sentimento de pertencimento das pessoas e as relações comunitárias.

Os quintais produtivos também tinham o papel de preservação do conhecimento tradicional, aquele passado entre as gerações através de ensinamento oral, especialmente voltado ao cultivo e uso de plantas medicinais e condimentares. O relato de D, moradora da comunidade do Barreto ilustra

bem esta perda. Segundo a atingida, algumas questões de saúde da população local eram tratadas com plantas existentes nos quintais. Mas com a perda dos mesmos a população agora precisa recorrer exclusivamente ao médico do município, que vai a comunidade apenas uma vez por mês. D observou que por deixarem de usar as plantas medicinais as pessoas estão aos poucos perdendo o conhecimento sobre uso das mesmas, deixando inclusive de reconhecer as plantas com propriedades curativas.

Outro relato comum da população diz respeito a troca de produtos entre os moradores como relação que fortalecia os laços comunitários e de pertencimento local. Nestes casos encontram-se especialmente as famílias obrigadas a deixar as suas moradias por conta da lama e que passaram a residir, inclusive, em outras cidades. Este é o caso da senhora V, antiga moradora de Gesteira, que foi levada para Mariana, mas que até o desastre crime também produzia no seu quintal e assinalou prejuízo na relação com os moradores da sua comunidade de origem tendo em vista o afastamento físico do seu local de moradia.

Diante do exposto percebe-se que desde que a lama de rejeitos invadiu o município todas as relações descritas foram profundamente alteradas tendo em vista a redução ou em alguns casos a inviabilização do plantio nos quintais ou ainda ao fato de muitas pessoas terem sido obrigadas a deixar a sua moradia. Para reforçar este entendimento vejamos como tem se expressado em Barra Longa os danos relacionados a perda dos quintais produtivos.

3. A Segurança Alimentar e Nutricional em Barra Longa e o comprometimento dos quintais produtivos pela lama de rejeitos.

Medir e/ou determinar a situação de segurança alimentar e nutricional de uma população envolve o emprego de metodologias específicas para tal. A literatura especializada indica uma variedade de possibilidades de aferição a partir de diferentes traços a serem enfatizados. Galesi, Et al (2009) em um

trabalho que buscou levantar os indicadores de segurança alimentar e nutricional observam que um indicador “pode ser representado por um número, por uma relação entre dois eventos ou por uma qualidade ou atributo do fenômeno em observação” (Galesi, Et al , 2009; p.222). Assim consideram que os indicadores de segurança alimentar contém, entre outras informações, aspectos da realidade ou mudanças em processo (Galesi, Et al , 2009). Logo para avaliar a situação de segurança alimentar e nutricional de uma população é fundamental a consideração de diversos aspectos que se correlacionam na realidade social mais específica (Galesi, Et al , 2009).

Galedi, et al (2009, p. 223) indica que existem diversos métodos para medir a (in)segurança alimentar e nutricional (INSAN). Os autores observam que cada método busca conhecer a condição alimentar da população considerando diferentes aspectos tornando os diferentes métodos complementares entre si. Segundo os autores:

Assim enquanto uns avaliam o fenômeno no nível nacional, outros se aproximam e o tocam no nível domiciliar ou mesmo individual. Alguns métodos abordam a disponibilidade de alimentos, ao passo que outros acercam o problema pela via do acesso ou da estabilidade das famílias no acesso aos alimentos. Teoricamente, quanto maior o número de métodos utilizados na avaliação, maior o número de aspectos analisados e, portanto, mais completa e abrangente tenderá a ser a visão obtida da situação (Pessanha, 2008) (Galesi, et al, 2009; p. 223).

Os autores citados apresentam os cinco principais métodos empregados para medir a segurança alimentar em levantamentos nacionais. São eles: 1) o método da FAO; 2) as Pesquisas de Orçamentos Domésticos; 3) as pesquisas de ingestão individual de alimentos; 4) a medida antropométrica e 5) a Escala Brasileira e Insegurança Alimentar (EBIA).

Para este trabalho avaliamos quais dos citados métodos caberiam ser empregados. Entretanto ponderamos que em virtude de as famílias atingidas serem constantemente importunadas por variados órgãos, instituições e profissionais para fornecimento de dados e informações sobre a sua situação de vida e trabalho, o recurso aos métodos que contam com entrevistas, como aquelas utilizadas na pesquisas de ingestão individual de alimentos, pela EBIA e medida antropométrica, não se configuram como uma boa opção uma vez que devido a atual situação, especialmente financeira, vivenciada pelas

famílias que tem expressado dificuldades relacionadas a renda e ao acesso aos alimentos já se observa a resistência de parte da população para responder questionamentos que não irão gerar benefícios ou contribuir de imediato para as ações de reparação.

Ao mesmo tempo não identificamos dados disponíveis sobre o orçamento da população de Barra Longa que permitam um estudo sobre a situação considerando a proposta do método da FAO - que compara resultado nacional com o de outros países a partir de informações relativas aos “total de calorias disponíveis e população do país no ano de interesse, ingestão energética média, coeficiente de variação desta ingestão e o valor de referência que estabelece a necessidade energética mínima per capita” (Galesi, et al, 2009; p.223).

Deste modo empregamos nesta análise dados e informações levantados junto aos relatórios de atendimentos da assessoria técnica dos atingidos/as; relatórios seminários temáticos e grupos de base que discutiram trabalho e renda com a população e informações produzidas pelo produto que buscou conhecer as áreas degradadas do município e que identificou os efeitos do rompimento da barragem também nos quintais do município.

A nossa análise se aproxima das pesquisas de orçamento doméstico, realizadas por meio de entrevistas, mas que no caso em questão contou com o registro dos relatos dos atingidos nos grupos de base. As pesquisas de orçamento doméstico consideram as informações prestadas por um dos moradores sobre renda, preços e quantidades de alimentos consumidos, alimentos recebidos pela família como presente ou forma de pagamento e alimentos produzidos nos domicílio para consumo.

Assim consideramos que as conclusões as quais chegamos e que apresentaremos a seguir configuram indicativos quanto a situação de segurança alimentar e nutricional da população atingida de Barra Longa. Ressaltamos que os dados foram fornecidos pela própria população em situações nas quais foram chamados a tratar de questões relativas a sua atual condição de vida e trabalho, ou seja, as informações não foram fornecidas de

forma aleatória, mas envolveram o esforço de reflexão dos sujeitos sobre as questões tratadas e por isso são capazes de indicar aspectos importantes sobre a população de Barra Longa.

O caminho da lama em Barra Longa seguiu os cursos dos rios Carmo e Gualaxo. Ao longo das margens destes rios, tanto na zona rural quanto urbana do município, a população local morava, cultivava hortas e cuidava de animais. Neste sentido é possível observar ao longo de todo o território, entre outras coisas, situações relacionadas a perda dos quintais.

Destacamos em princípio a perda em virtude da saída do território uma vez que muitas famílias tiveram que deixar suas moradias atingidas pela lama de rejeitos. A perda da moradia tem profundo efeito no que diz respeito aos quintais produtivos e conseqüentemente no acesso aos alimentos até então produzidos nestes espaços haja vista que a produção destas famílias deixa de acontecer. Sobre isso o relatório técnico final do produto que buscou conhecer as áreas degradadas e dimensão fundiária faz uma importante avaliação. O documento indica que todos os quintais, de 111¹ imóveis das famílias entrevistadas, foram atingidos pelo rejeito fazendo com que 33,9% das famílias entrevistadas precisassem deixar suas moradias pois moravam em casas localizadas as margens dos rios atingidos pela lama de rejeitos. Esse dado demonstra quão intenso foi o processo de deslocamento das famílias e conseqüentemente indica também a alteração da relação desta população com o território e com os hábitos relativos ao mesmo já que o acesso aos quintais muitas vezes se tornou inviável seja pela necessidade de retirada da lama seja por não estar mais residindo próximo aos mesmos.

No levantamento realizado nos grupos de base sobre trabalho e renda da população identificou-se o plantio nos quintais como hábito tradicional da população, ou seja, em todas as regiões de Barra Longa havia cultivo de alimentos e/ou criação de animais nestes espaços. Do total de 19 grupo de base, atingidos de 12 grupos de base relataram ter sofrido perda nos quintais. Somente os quintais localizados em áreas de morro ou localizados em espaços fora da rota original da lama não tiveram contato com o rejeito. Esta informação

1

Dois núcleos familiares residem em um mesmo imóvel.

é confirmada pelo levantamento do produto áreas degradadas que identificou que 88,4% dos quintais dos imóveis urbanos e 80,9% dos quintais da zona rural foram afetados pela lama de rejeitos e que hoje tais áreas sofrem um processo de degradação do solo.

O mesmo levantamento confirmou o hábito de plantio da população local uma vez que todas as famílias entrevistadas relataram o costume de cultivar frutas, hortaliças e plantas medicinais. Neste sentido se afirma a percepção sobre como a atividade de agricultura fazia parte do modo de vida das famílias. Neste quadro é possível perceber que o cultivo de alimentos nos quintais desempenhava um papel fundamental para a soberania alimentar das famílias que detinham os meios de produção dos alimentos e desfrutavam de acesso a maior variedade de alimentos para o consumo sem depender do comércio para garantir a alimentação da família.

O relatório observa ainda que a deterioração das áreas produtivas determinou a diminuição do uso ou inutilização das mesmas e que isso tem efeitos na saúde e na renda das famílias. O texto avalia que a perda da produção dos quintais, tem obrigado as famílias atingidas a recorrer a supermercados e feiras para adquirirem produtos, anteriormente, colhidos nos quintais. Esta situação é confirmada pelo relato da senhora D, moradora do Barreto, que retomou a produção no quintal, mas observa a perda de qualidade dos alimentos cultivados. Segundo a atingida todos os vegetais plantados após a lama de rejeitos são muitíssimos menores do que aqueles produzidos anteriormente ao desastre/crime. Além disso ela observou significativa diminuição da produção. Ainda segundo a senhora muitos pés de fruta morreram e os que foram plantados em seguida não vingaram.

A percepção quanto a perda da qualidade da alimentação também pode ser verificada nos relatos dos seminários temáticos. Diversos atingidos informam sobre perda da diversidade da alimentação das famílias, que contava com vários tipos de vegetais não encontrados nos supermercados da região. Além disso devido ao alto custo de alguns alimentos como frutas estes alimentos muitas vezes são retirados da dieta familiar.

É importante observar que a Fundação Renova adotou medidas emergenciais em relação ao rejeito depositados quintais em algumas propriedades e que tais medidas variaram entre os imóveis não havendo critérios claros relativos as medidas reparativas adotadas em relação aos quintais. Esta situação ocorreu por exemplo com o senhor I, morador do Morro Vermelho, que relatou no grupo de base que a lama não foi retirada do seu quintal, mas misturada com uma máquina ao solo. A medida adotada não atendeu ao senhor x pois ele esperava a retirada do rejeito do seu quintal.

Segundo o relatório final do produto sobre áreas degradadas apenas 31 imóveis urbanos e 19 propriedades rurais, perfazendo um total de 50 residências, receberam medidas de reparação entre as quais o plantio de mudas de árvores frutíferas, construção de hortas e plantio de culturas anuais. Estas ações não contaram com nenhum um estudo de caracterização da área, que buscase identificar a distribuição dos usos do solo dos quintais e os tipos de pomares, hortaliças, culturas anuais e plantas medicinais cultivadas no local até o rompimento da barragem, e também não avaliou a possibilidade de contaminação dos alimentos por metais pesados. Por tudo isso o relatório avalia que as medidas reparativas foram inconsistentes e incompletas.

Nas propriedades que receberam medidas reparativas em relação aos quintais, 50 no total, observa-se a insatisfação das famílias uma vez que 43 famílias (16 na zona rural e 27 na zona urbana) relataram o não atendimento de suas expectativas em relação a medida realizada.

A perda dos quintais promoveu, segundo o relatório em destaque, alteração na alimentação de 87,5% dos núcleos familiares entrevistados em virtude da diminuição do acesso, da diversidade e qualidade dos alimentos consumidos diariamente pelos/as atingidos/as. Esta constatação é reforçada por declarações como a do senhor L e da senhora F, moradores da rua 1º de janeiro que indicam a diminuição do consumo de frutas e verduras em razão do alto custos destes alimentos nos mercados da região.

Cabe destacar ainda o receio da população em consumir os alimentos produzidos nas áreas por onde o rejeito passou e se depositou tendo em vista

o resultado de vários estudos² acerca dos metais presentes na lama de rejeitos e das alterações na saúde da população desde o desastre/crime. A preocupação da população se coloca no sentido dos possíveis danos à saúde que o consumo dos alimentos produzidos nestas áreas pode trazer a pessoas.

O rompimento da barragem e a chegada da lama ao município fez com que muitas pessoas deixassem de produzir nos quintais em razão da improdutividade do solo tomado pela lama de rejeitos de minério. O citado relatório afirma que houveram muitos relatos de tentativas de cultivo de hortaliças, culturas anuais e de frutas que não prosperam sobre o rejeito. Dessa forma, sem os produtos anteriormente cultivados nos seus quintais as famílias não puderam mais realizar doações e trocas de frutas, legumes e hortaliças entre vizinhos, amigos e familiares.

Segundo os dados levantados 76,8% dos/das atingidos/as entrevistados/as não realizam mais doações e trocas de alimentos. Este tipo de mudança incide fortemente nos laços de comunitário e de solidariedade da população atingida.

Além disso o relatório destaca que as alterações de uso e ocupação do solo transformaram a dinâmica do cuidado dos/das atingidos/as com a terra. Segundo o documento tem sido cada vez mais difícil realizar a manutenção dos terrenos em virtude da maior propagação e infestação de plantas espontâneas, do empobrecimento do solo e da diminuição de renda o que impede gastos de manutenção e a retomada das atividades. O texto conclui que 65,2% das famílias entrevistadas consideram que houve modificação nas suas relações de trabalho. O levantamento realizado nos Seminários temáticos confirma este dado tendo em vista os relatos de mudança de trabalho ou atividade produtiva em virtude da perda de emprego ou pela inviabilidade de realização de atividade produtiva como foi o caso dos trabalhadores rurais que tiveram que buscar outros tipos de inserções para conseguir manter suas famílias.

2 Destacamos aqui os estudos realizados pelo Instituto Saúde e Sustentabilidade, AMBIOS, Technohidro, UFOP, EPISUS/Ministério da Saúde, Rede de Médicos Populares, AEDAS e Jacobs.

Observa-se ainda neste processo o prejuízo da relação do homem com a natureza uma vez que os laços das famílias com os espaços dos quintais têm sido desfeitos pela paralisação do trabalho na terra. O relato S, moradora do centro da cidade nos ajuda a entender este tipo de perda. Segundo a atingida até o rompimento o seu filho tinha o hábito de cuidar de cavalos em uma área que foi atingida pela lama. Em virtude disso ele perdeu os animais e deixou de frequentar o local. Sem opções de lazer o jovem enfrenta um quadro depressivo dependendo inclusive de acompanhamento médico e medicamentos antidepressivos.

Outra alteração na vida das famílias determinada pela chegada da lama e que tem fortes implicações na alimentação das famílias se refere a perda de renda famílias atingidas. Tanto o relatório quanto os levantamentos nos grupos de base e nos seminários temáticos apontam que ao menos um membro das famílias atingidas perdeu renda após o rompimento da barragem.

Os relatos das famílias indicam que a perda renda ocorreu devido aos danos provocados pela lama de rejeitos nos imóveis, pela degradação de quintais e abalo as atividades agropecuárias. A perda de renda é um fator importante a ser observado pois interfere na redução do acesso, qualidade e quantidade de alimentos consumidos pelas famílias.

Os dados do relatório nos mostram que 36,6% tiveram perda na renda de 2 pessoas da família, seguida por 21,4% de famílias que perderam renda de 3 pessoas, 18,8% das famílias perderam renda de 4 ou mais pessoas da família e em 19,6% das famílias 1 pessoa teve perda relativa a renda. Esta informação é importante pois a.

A perda de renda das famílias também aparece nos dados levantados nos Seminários Temáticos³ por categoria profissional que demonstram que do total de 1217 pessoas que participaram dos Seminários todas as categorias

3 Os Seminários Temáticos têm o objetivo de discutir com as doze principais categorias profissionais identificadas no município o processo de reparação. As categorias consideradas foram: assalariados, trabalhadores por conta própria, bordadeiras/artesãos/ãos, garimpeiros, pescadores, comerciantes, produtores rurais, trabalhadores rurais, empregadas domésticas, donas de casa, trabalhadores da construção civil e desempregados.

informaram ter havido alterações nas suas fontes de renda em virtude da diminuição ou perda da mesma.

Ao mesmo tempo se observou o aumento nos gastos das famílias com alimentação. Na verdade, o dispêndio de recursos financeiros com alimentos diz respeito ao item com maior incidência⁴ totalizando 618 novos gastos.

Os impactos na renda das famílias relacionadas aos gastos com alimentação assinalam o agravamento dos riscos relativos a alimentação pois tem-se instalado um quadro no qual a população perde o acesso aos alimentos produzidos nos quintais, responsáveis pelo acesso da população a maior variedade alimentos e pela redução dos gastos com alimentação. Ao mesmo tempo em que a perda dos quintais determina a aquisição de alimentos via mercados e feiras implicando em gastos que antes não faziam parte do orçamento familiar.

Considerações Finais

Buscamos destacar que a segurança alimentar e nutricional envolve o acesso a alimentos em quantidade suficiente e com qualidade capaz de garantir o desenvolvimento das pessoas. É este inclusive o conceito adotado pelo Brasil e que orienta as políticas públicas criadas no país desde os anos de 1980 com especial destaque para a lei orgânica de segurança alimentar e o SISVAN.

Neste quadro evidencia-se a necessidade de medidas voltadas a garantir a segurança alimentar e nutricional da população de Barra Longa tendo em vista os efeitos do rompimento da barragem de Fundão na alimentação das pessoas. Observa-se em Barra Longa a perda dos quintais produtivos, espaços comuns de cultivo de diversos tipos de vegetais e frutas

4 Os demais registros com novos gastos correspondem, respectivamente a 609 a itens relacionados à saúde, 287 com transporte, 106 com produtos de limpeza, 92 com a produção, 70 com itens relacionados a moradia e 66 registros relativos a despesas com água e luz.

além da criação de animais, responsáveis pela complementação da alimentação da população. Desta maneira os quintais assumiam o papel especial elemento garantidor da qualidade e variedade da alimentação, mas que hoje se encontram severamente comprometidos seja pela perda do quintal enquanto área produtiva seja pela retirada das famílias de suas moradias originais em virtude da chegada da lama as residências.

Buscamos demonstrar que em Barra Longa os quintais cumpriam ainda o importante papel de fortalecer os laços comunitários em razão da troca e doação de alimentos entre a população e também de fonte de conhecimentos tradicionais sobre o uso e consumo de plantas medicinais, mas que todas estas práticas sofrem alteração considerando a perda destes espaços.

Observamos que os relatos dos atingidos assinalam significativa redução de acesso a alimentos seja em quantidade ou variedade e a dependência da população aos supermercados para adquirir alimentos antes cultivados por eles. Neste quadro o aumento dos gastos das famílias com alimentação também são um fator determinante na redução do consumo de alguns tipos de alimentos como frutas e legumes indicando o empobrecimento da dieta das famílias.

Tudo isso nos leva a concluir que Barra Longa experimenta um quadro de profundas alterações na relação da população com os quintais produtivos, tendo em vista a perda dos mesmos e/ou os efeitos da lama de rejeitos sobre estes espaços. Assim observa-se a fragilização das formas de sustento das famílias, das relações de cultivo da terra e dos vínculos comunitários.

A perda dos alimentos produzidos nos quintais indica, portanto, um possível quadro de insegurança alimentar e nutricional da população atingida de Barra Longa, especialmente os grupos mais pobres. A perda dos quintais e o potencial risco alimentar dos atingidos devem ser alvo de ações de reparação e de políticas públicas com vistas a reversão do atual quadro assinalado.

Destacamos por fim que nenhum dos programas sócioassistenciais da Fundação Renova prevê ações voltadas a segurança alimentar e nutricional das populações atingidas. A segurança alimentar e nutricional também não tem

vido alvo dos debates nas câmaras técnicas que tratam das temáticas afins a situação socioassistencial dos atingidos como a CT-OS e a CT-Saúde. Isso demonstra que um item importante ao processo de reparação integral pode estar sendo negligenciado.

Referências

AMBRÓSIO, L. A.; PERES, F. C.; SALGADO, J. M. Diagnóstico da contribuição dos produtos do quintal na alimentação das famílias rurais: Microbacia D'água F., Vera Cruz. *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 26, n. 7, jul. 1996.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Lei Orgânica de Segurança Alimentar Nutricional (Loan). Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.

_____. Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social (Loas).

BRITO, M. A.; COELHO, M. de F. Os quintais agroflorestais em regiões tropicais – unidades auto-sustentáveis. *Agricultura Tropical*, v. 4, n. 1, p. 7-35, 2000.

CAISAN - Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Estudo Técnico CAISAN Mapeamento da Insegurança Alimentar e Nutricional com foco na Desnutrição a partir da análise do Cadastro Único, do Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) e do Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI) 2016. 2018. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/Publicacao/Caisan_Nacional/Estudo_tecnico_Mapalnsan_2018.pdf>. Acesso em 10/11/2019.

CARNEIRO, Maria Gerlândia Rabelo; CAMURÇA, Andréa Machado; ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite; SOUSA, Natália Ribeiro de. Quintais Produtivos: contribuição à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável local na perspectiva da agricultura familiar. O caso do Assentamento Alegre, município de Quixeramobim/CE). *Revista Brasileira de Agroecologia Revista Brasileira de Agroecologia*. 8(2): 135-147 (2013).

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948.

GALESI, Lílian Fernanda; QUESADA, Karina Rodrigues; OLIVEIRA,. Indicadores de Segurança Alimentar e Nutricional. *Revista Simbio-Logias*, V.2, n.1, Maio/2009.

GUIMARÃES, R.G. A importância de quintais domésticos com relação à alimentação e renda familiar. Rio Claro, 1998. 40p. Monografia (Graduação) - Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

LEÃO, M. (Org.). O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional – Brasília: ABRANDH, 2013.

MALUF, R.; REIS, M. Conceito e princípios em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Ryerson University/Centro de Referência em SAN/UECE. 2009.

OKLAY, E. Quintais Domésticos: uma responsabilidade cultural. *Agriculturas*, v. 1, n. 1, p. 37-39, 2004.